



Demonstrações financeiras
XP Controle 5 Participações S.A.

31 de dezembro de 2025



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos Acionistas e Administradores da XP Controle 5 Participações S.A.

Rio de Janeiro – RJ

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras, acompanhadas das notas explicativas, referidas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas segundo a Lei das Sociedades Anônimas e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A XP Controle 5 é uma holding, controlada diretamente pelo Banco XP S.A., que detém 100% de participação em seu capital total e indiretamente controlada pela XP Inc., a qual possui como acionista controlador a XP Control LLC.

Em 1º de maio de 2025, foi aprovada a cisão parcial XP Investimentos S.A., subsidiária integral do Banco XP. A parcela do patrimônio líquido cindido tem valor nulo (“zero”), uma vez que foram cindidos ativos e passivos de igual valor. Em decorrência da cisão, o Banco XP passou a ser titular da totalidade das quotas de emissão da XP Controle 5 Participações Ltda. e de outros ativos e passivos.

A XP Controle 5 detém participações minoritárias do capital da Monte Bravo Holding JV S.A. (“Monte Bravo”), Blue3 S.A. (“Blue3”), Ável Participações S.A. (“Ável”), FMX Capital S.A. (“FMX”), Manchester Financial Group Participações S.A. (“Manchester”), SVN S.A. (“SVN”), Nomos Partnership Ltda.(Nomos), Kona Participações 2 S.A (3A Riva), Center XP Holding S.A (Center), Criteria Holding Investimento S.A (Center) e Inove Capital Partners Ltda. (Inove), membros da rede credenciada de Agentes Autônomos de Investimentos “AAIs” do Grupo XP.

POLÍTICA DE EQUIDADE

Em linha com as exigências da Lei nº 15.177, que altera a Lei nº 6.404/1976 quanto à divulgação de informações sobre políticas de equidade, o Grupo XP mantém agenda estruturada de Diversidade, Equidade e Inclusão. Em 31 de dezembro de 2025, a composição de pessoas colaboradoras no Grupo XP é de 66% do gênero masculino e 34% do gênero feminino.

A organização conta com uma área dedicada ao tema de Diversidade, que atua por meio de grupos de afinidade (Mulheres, Pessoas Negras, LGBTQIAPN+ e PcD), responsáveis por impulsionar ações internas e fortalecer uma cultura inclusiva. Entre os principais programas, destaca-se o Programa Incluir XP, voltado à inclusão de Pessoas com Deficiência, por meio de vagas afirmativas, banco de talentos e trilhas de capacitação, além do Projeto Jornada Inclusiva, que promove formações específicas para o time de Gente e para lideranças, com foco na construção de um ambiente preparado para a inclusão.

O Grupo XP mantém, ainda, parcerias estratégicas com instituições como o Pacto pela Equidade Racial, Rede REIS e Mover, que possibilitam benefícios aos colaboradores, tais como bolsas para graduação e MBA, curso gratuito de inglês e programas de aceleração de carreira e formação de lideranças. Adicionalmente, a Companhia dispõe de uma Política de Diversidade do Board, que assegura a busca por maior representatividade na composição do Conselho de Administração.

DESEMPENHO

Em 31 de dezembro de 2025, a XP Controle 5 detém participação minoritária no capital da Monte Bravo Holding JV S.A. (“Monte Bravo”), Blue3 S.A. (“Blue3”), Ável Participações S.A. (“Ável”), FMX Capital S.A. (“FMX”), Manchester Financial Group Participações S.A. (“Manchester”), SVN S.A. (“SVN”), Nomos Partnership Ltda.(Nomos), Kona Participações 2 S.A (3A Riva), Center XP Holding S.A (Center), Criteria Holding Investimento S.A (Center) e Inove Capital Partners Ltda. (Inove), membros da rede credenciada de Agentes Autônomos de Investimentos “AAIs” do Grupo XP.

Durante o ano de 2025, a XP Controle 5 passou a deter participação nas empresas Nomos Partnership Ltda.(Nomos), Kona Participações 2 S.A (3A Riva), Center XP Holding S.A (Center), Criteria Holding Investimento S.A (Center) e Inove Capital Partners Ltda. (Inove).



GESTÃO DE RISCOS

A Gestão de Riscos está estruturada de forma totalmente independente das áreas de negócio, reportando-se diretamente à alta administração, para garantir isenção de conflito de interesses e uma segregação de funções adequada às boas práticas de governança corporativa e de mercado.

O gerenciamento de riscos é exercido de modo integrado e independente, por meio da formalização de políticas, procedimentos e metodologias consistentes com a tolerância a risco e com a estratégia de negócio. São monitorados os diversos riscos inerentes às operações e/ou processos, incluindo os riscos de mercado, liquidez, crédito, operacional e de subscrição. Tais processos de gerenciamento de riscos estão, ainda, associados aos processos de gestão de continuidade dos negócios.

POLÍTICAS DE REINVESTIMENTO DE LUCROS E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o lucro líquido ajustado, apurado em cada encerramento de exercício.

O saldo do lucro líquido, verificado após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberadas pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser integralmente destinado à Reserva de Lucros Estatutária, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das atividades da Companhia conforme previsto no Art. 202 da lei nº 6.404/76 § 4º, § 5º e § 6º até atingir o limite de 95% (noventa e cinco por cento) do valor do capital social integralizado.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, consultado o acionista controlador, a Administração não propôs à Assembleia de acionistas a distribuição de dividendos.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2026.



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
XP Controle 5 Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da XP Controle 5 Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



XP Controle 5 Participações S.A.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a



XP Controle 5 Participações S.A.

fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by
Signed By: MARCOS PAULO PUTINI 176982907
CPF: 176982907
Signing Time: 30 de abril de 2026 | 17:33 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
C: BR
Email: AC SERASA RFB v5

Marcos Paulo Putini
Contador CRC 1SP212529/O-8

XP Controle 5 Participações S.A.
Balanco Patrimonial
Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Disponibilidades		559	55
Ativos financeiros		49.482	6.372
Valor justo por meio do resultado		33.174	6.372
Títulos e valores mobiliários	4	27.381	6.372
Instrumentos financeiros derivativos	5	5.793	-
Avaliado ao custo amortizado		16.308	-
Rendas a Receber		308	-
Outros ativos financeiros		16.000	-
Outros ativos		465	201
Impostos e contribuições a compensar		465	201
Ativo fiscal diferido		24.211	1.998
Investimentos	6	1.348.565	1.185.550
Total do ativo		1.423.282	1.194.176
Passivo			
Passivos financeiros		87.481	156.179
Valor justo por meio do resultado		10.862	-
Instrumentos financeiros derivativos	5	10.862	-
Avaliados ao custo amortizado		76.619	156.179
Fornecedores		240	-
Outros passivos financeiros	7	76.379	156.179
Outros passivos		6	3
Obrigações fiscais e previdenciárias		6	3
Patrimônio líquido	8	1.335.795	1.037.994
Capital social		1.338.301	1.034.301
Reservas de lucros		-	3.705
Prejuízos acumulados		(2.548)	-
Ajustes de avaliação patrimonial		42	(12)
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.423.282	1.194.176

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

XP Controle 5 Participações S.A.**Demonstração do resultado e do resultado abrangente****Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024****(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	Nota	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Resultado de instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado		1.059	449
Receita operacional líquida		1.059	449
Despesas administrativas		(31.271)	(57)
Despesas de amortização	6	(31.025)	-
Outras despesas administrativas		(246)	(57)
Outras receitas/(despesas) operacionais	10	(4.498)	(3.369)
Resultado com participação societária	6	36.787	7.446
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		2.077	4.469
Imposto de renda e contribuição social	9	11.801	1.012
Lucro líquido do exercício		13.878	5.481
Outros resultados abrangentes		-	-
Total do Resultado e Abrangente		13.878	5.481
Lucro básico por ação		0,0104	0,0053

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

XP Controle 5 Participações S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Lucros/ (Prejuízos) acumulados	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	45.001	134	(1.910)	-	43.225
Aumento de capital (Nota 8)	989.300	-	-	-	989.300
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(12)	(12)
Lucro do exercício	-	-	5.481	-	5.481
Destinação do lucro	-	3.571	(3.571)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.034.301	3.705	-	(12)	1.037.994
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.034.301	3.705	-	(12)	1.037.994
Ajustes no saldo de abertura (i)	-	(3.705)	(16.426)	-	(20.131)
Saldos em 01 de janeiro de 2025	1.034.301	-	(16.426)	(12)	1.017.863
Aumento de capital (Nota 8)	304.000	-	-	-	304.000
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	54	54
Lucro do exercício	-	-	13.878	-	13.878
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.338.301	-	(2.548)	42	1.335.795

- (i) Refere-se à amortização de ativos intangíveis identificados no contexto das aquisições de participações minoritárias (Nota 6) aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Conforme o arcabouço regulatório vigente no Brasil, a alocação do preço de aquisição deve ser concluída em até 12 meses contados a partir da data da aquisição da participação societária.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

XP Controle 5 Participações S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido	13.878	5.481
Ajustes ao lucro líquido		
Depreciações e amortizações (Nota 6)	31.025	-
Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido (Nota 9)	(11.801)	(1.012)
Resultado de equivalência patrimonial	(36.787)	(7.446)
Lucro líquido ajustado	(3.685)	(2.977)
Varição dos ativos e passivos operacionais	(3.981)	(780.340)
Títulos e valores mobiliários	6.372	(6.372)
Instrumentos financeiros derivativos	5.069	-
Rendas a Receber	(308)	-
Outros ativos	(16.000)	-
Impostos e contribuições a compensar	(217)	(76)
Obrigações fiscais e previdenciárias	(10.409)	22
Fornecedores	240	-
Outros passivos financeiros	11.272	(773.914)
Impostos pagos	(47)	(19)
Caixa líquido utilizado das atividades operacionais	(7.713)	(783.336)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de investimento	(325.502)	(225.766)
Redução de capital em investimentos	14.405	-
Dividendos	42.695	19.857
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(268.402)	(205.909)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital/(Redução) (Nota 8)	304.000	989.300
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	304.000	989.300
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	27.885	55
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	55	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	27.940	55

XP Controle 5 Participações S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de reais)

Disponibilidades	559	55
Certificado de Depósitos Bancários	27.381	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

XP Controle 5 Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A XP Controle 5 Participações S.A. ("Companhia" ou "XP Controle 5") tem sua sede localizada na Avenida Ataulfo de Paiva, nº 153, sala 201, Leblon, CEP 22440-032, Rio de Janeiro - Brasil.

A XP Controle 5 é uma holding, controlada diretamente pela XP Investimentos S.A., que detém 100% de participação em seu capital total e indiretamente controlada pela XP Inc., a qual possui como acionista controlador a XP Control LLC.

Em 1º de maio de 2025, foi aprovada a cisão parcial XP Investimentos S.A., subsidiária integral do Banco XP. A parcela do patrimônio líquido cindido tem valor nulo ("zero"), uma vez que foram cindidos ativos e passivos de igual valor. Em decorrência da cisão, o Banco XP passou a ser titular da totalidade das quotas de emissão da XP Controle 5 Participações Ltda. e de outros ativos e passivos.

A XP Controle 5 detém participações minoritárias do capital da Monte Bravo Holding JV S.A. ("Monte Bravo"), Blue3 S.A. ("Blue3"), Ável Participações S.A. ("Ável"), FMX Capital S.A ("FMX"), Manchester Financial Group Participações S.A. ("Manchester"), SVN S.A ("SVN"), Nomos Partnership Ltda.(Nomos), Kona Participações 2 S.A (3A Riva), Center XP Holding S.A (Center), Criteria Holding Investimento S.A (Center) e Inove Capital Partners Ltda. (Inove), membros da rede credenciada de Agentes Autônomos de Investimentos "AAIs" do Grupo XP.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 30 de abril de 2026.

2. Base de elaboração das demonstrações financeiras

(a) Base de preparação

Na preparação destas Demonstrações Financeiras, a Companhia utilizou os critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação estabelecidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) - incluindo interpretações relacionadas - e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos investimentos em instrumentos financeiros que foram mensurados pelo valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo. As informações que envolvem maior grau de julgamento ou complexidade, ou informações nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais ("R\$") e todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas explicativas foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

O balanço patrimonial está apresentado em ordem de liquidez dos ativos e passivos. O momento de sua realização ou liquidação depende não apenas de sua liquidez, mas também dos julgamentos da administração sobre os movimentos esperados nos preços de mercado e outros aspectos relevantes. Certas reclassificações de períodos anteriores foram feitas para se adequar à apresentação do período atual.

(b) Novas normas e interpretações

Foram publicadas algumas normas contábeis novas e alterações às normas contábeis emitidas pelo IASB, as quais são incorporadas às práticas contábeis adotadas no Brasil por meio dos Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Tais normas não são obrigatórias para os períodos de relatório de 31 de dezembro de 2025 e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia. A avaliação do Grupo sobre o impacto dessas novas normas e alterações está descrita abaixo:

XP Controle 5 Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de reais)

- a) Emendas à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros - Emendas à IFRS 9 e IFRS 7 (em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026):** Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações específicas ao IFRS 9 e ao IFRS 7 para responder a questões recentes que surgiram na prática e para incluir novos requisitos não apenas para instituições financeiras, mas também para entidades corporativas. Essas alterações:

- Esclarecer a data de reconhecimento e desconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de dinheiro;

- Esclarecer e acrescentar mais orientações para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de pagamentos únicos de principal e juros (SPPI);

- Adicionar novas divulgações para determinados instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ambientais, sociais e de governança); e

- Atualizar as divulgações para instrumentos de patrimônio designados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI).

A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto significativo em suas operações ou demonstrações financeiras.

- b) Emendas à nova orientação de “uso próprio” e hedge para contratos referentes à eletricidade dependente da natureza - Emendas ao IFRS 9 e ao IFRS 7 (em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026):** O IASB emitiu alterações específicas ao IFRS 9 “Instrumentos Financeiros” e ao IFRS 7 “Instrumentos Financeiros: Divulgações”, para garantir que as demonstrações financeiras representem fielmente os efeitos dos contratos de uma entidade referentes à eletricidade dependente da natureza.

A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto significativo em suas operações ou demonstrações financeiras.

- c) IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027):** Emitida em maio de 2024, a IFRS 19 permite que determinadas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam de acordo com as Normas Contábeis IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos.

A Companhia não espera que essa norma tenha impacto em suas operações ou demonstrações financeiras.

- d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação de Demonstrações Financeiras:** A norma substitui a IAS 1, mantendo inalteradas muitas das exigências da IAS 1 e complementando-as com novas exigências. Além disso, alguns parágrafos da IAS 1 foram transferidos para a IAS 8 e a IFRS 7. Além disso, o IASB fez pequenas alterações no IAS 7 e no IAS 33 - Lucro por Ação. O IFRS 18 introduz novas exigências para:

- Apresentar categorias específicas e subtotais definidos na demonstração de lucros ou perdas;

- Fornecer divulgações sobre medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) nas notas das demonstrações financeiras;

- Melhorar a agregação e a desagregação.

Uma entidade deve aplicar a IFRS 18 para períodos de relatório anual com início em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a aplicação antecipada. As emendas à IAS 7 e à IAS 33, bem como a IAS 8 e a IFRS 7 revisadas, entram em vigor quando uma entidade aplica a IFRS 18. A IFRS 18 exige aplicação retrospectiva com disposições específicas de transição. A aplicação dessas normas pode ter um impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia em períodos futuros.

XP Controle 5 Participações S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras****Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024****(Em milhares de reais)**

e) **Melhorias anuais às normas contábeis IFRS – Volume 11 (em vigor para os exercícios anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, com adoção antecipada permitida):** O IASB fez as seguintes melhorias em setembro de 2024:

- IFRS 1, “Adotando pela Primeira Vez as Normas Internacionais de Relato Financeiro” – para melhorar a consistência entre a IFRS 1 e a IFRS 9, “Instrumentos Financeiros”, em relação aos requisitos para contabilidade de hedge, e para melhorar a compreensibilidade da IFRS 1;
- IFRS 7, “Instrumentos Financeiros: Divulgações” – para melhorar a consistência na linguagem utilizada na IFRS 7 com a linguagem utilizada na IFRS 13, “Medição do Valor Justo”;
- IFRS 9 – para esclarecer como um arrendatário contabiliza o desreconhecimento de um passivo de arrendamento quando este é extinto e para resolver uma inconsistência entre a IFRS 9 e a IFRS 15, “Receitas de Contratos com Clientes”, em relação ao termo “preço da transação”;
- IFRS 10, “Demonstrações Financeiras Consolidadas” – para esclarecer os requisitos relativos à determinação dos agentes de facto de uma entidade; e
- IAS 7, “Demonstração dos Fluxos de Caixa” – para substituir o termo “método do custo” por “ao custo”, uma vez que o termo já não está definido nas Normas Contábeis IFRS.

A Companhia não espera que essas melhorias tenham um impacto significativo em suas operações ou demonstrações financeiras.

3. **Resumo das políticas contábeis**

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem disponibilidades e quaisquer outras aplicações de curto prazo que possuam alta liquidez, que sejam prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que não estejam sujeitas a um risco significativo de mudança de valor, bem como que sejam mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros propósitos.

As operações são consideradas de curto prazo quando possuem vencimento em três meses ou menos, a contar da data da aquisição e/ou possuem liquidez imediata.

(b) Instrumentos financeiros ativos e passivos

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de patrimônio de outra entidade.

1) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial, ativos financeiros são classificados como instrumentos mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e valor justo por meio do resultado (“VJR”).

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial é baseada: (i) no modelo de negócios da entidade para administrar os ativos financeiros e (ii) nas características dos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou VJORA, ele precisa dar origem a fluxos de caixa que são “Somente Pagamento de Principal e Juros” (o critério “SPPJ”) sobre o valor principal em aberto.

XP Controle 5 Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de reais)

O modelo de negócios da entidade para administrar ativos financeiros se refere à forma de gerenciar seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios considera se o objetivo da entidade é receber fluxos de caixa e manter os ativos financeiros, vender os ativos ou uma combinação de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo definido pela regulamentação ou prática de mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data de negociação, ou seja, a data em que a entidade se compromete a comprar ou vender o ativo.

Classificação e mensuração subsequente

i. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (“VJR”)

Os ativos financeiros a VJR incluem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a VJR, ou ativos financeiros obrigados a serem mensurados pelo valor justo.

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se o teste de fluxo de caixa contratual falhar ou se o modelo de negócios da entidade for adquirido com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Os ativos financeiros podem ser designados a VJR no reconhecimento inicial se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil.

Os ativos financeiros na VJR são registrados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. O ganho ou perda líquida reconhecido na demonstração do resultado inclui qualquer dividendo ou juros auferidos sobre o ativo financeiro. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são títulos e valores mobiliários detidos e/ou vendidos a descoberto.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é basicamente baixado (isto é, retirado da demonstração financeira) quando:

- Os direitos contratuais para receber fluxos de caixa do ativo expiraram;
- A entidade transferiu os seus direitos contratuais para receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação contratual de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos de terceiros, por meio de um acordo de "repassa"; e (a) a entidade transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou (b) a entidade não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a entidade transfere os seus direitos contratuais para receber fluxos de caixa de um ativo ou realiza um acordo de repasse, avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios patrimoniais. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a entidade continua a reconhecer o ativo transferido na medida de sua participação. Nesse caso, a entidade também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflete os direitos e obrigações que a entidade reteve.

O envolvimento contínuo que toma a forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor contábil original do ativo e pelo valor máximo da contraprestação que a entidade poderia ser obrigada a pagar.

2) Passivo financeiro

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros mensurados a valor justo através do resultado (“VJR”), custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge*.

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso do custo amortizado, são deduzidos dos custos da transação diretamente atribuíveis.

Classificação e mensuração subsequente

XP Controle 5 Participações S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras****Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024****(Em milhares de reais)**

i. Passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado (“VJR”)

Os passivos financeiros classificados como VJR incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial como VJR.

Os passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando adquiridos com fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela entidade que não são designados como instrumentos de *hedge* nas operações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes.

Os ganhos ou perdas de passivos classificados como VJR são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial como VJR são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios estabelecidos no CPC 48 forem atendidos.

ii. Custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros e outros passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa efetiva (“EIR”). Os ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelos juros incorridos.

O custo amortizado é calculado considerando qualquer desconto ou prêmio na aquisição de taxas ou custos que são parte integrante da EIR. A amortização da EIR está incluída na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo.

A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

3) Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não há mercado ativo é determinado pelo uso de técnicas de mensuração. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (em base de mercado); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxos de caixa descontados ou outros modelos de mensuração, conforme Nota 11.

4) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado nos balanços patrimoniais se, e somente se, houver um direito legal atualmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidar em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(c) Investimentos

Controladas são aquelas sociedades na qual a controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial após adequação às práticas contábeis do controlador.

XP Controle 5 Participações S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras****Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024****(Em milhares de reais)**

(d) Ágio

O ágio surge na aquisição de controladas e representa o excesso de (i) contraprestação transferida; (ii) o valor correspondente à participação dos não controladores na adquirida; e (iii) o valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Se o total da contraprestação transferida, a participação não controladora reconhecida e a participação mantida anteriormente mensurada pelo valor justo for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, haverá uma situação de compra vantajosa e a diferença é reconhecida diretamente no resultado.

As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se os acontecimentos ou alterações nas circunstâncias indicarem uma potencial incapacidade.

i. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida como, por exemplo, o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se os acontecimentos ou alterações nas circunstâncias indicarem um potencial *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é alocado a cada uma das UGCs (ou grupos de UGCs) que devem se beneficiar das sinergias da combinação, que são identificadas no nível do segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que foram ajustados por redução ao valor recuperável são revisados subsequentemente para uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. No caso do ágio, a perda por redução ao valor recuperável reconhecida na demonstração do resultado não é revertida.

Durante o exercício de 31 de dezembro de 2025 não foi identificado *impairment* pela Companhia.

(e) Imposto de renda e contribuição social

A XP Controle 5, apura o imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real em que o imposto de renda é apurado com base na alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social é apurada com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera que sejam aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é calculado sobre prejuízo fiscal, base negativa de Contribuição Social e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão compensados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão baixados na medida em que sua realização não seja mais provável.

XP Controle 5 Participações S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras****Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024****(Em milhares de reais)****4. Títulos e valores mobiliários**

	31/12/2025					
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Valor a mercado	Custo
Valor justo por meio do resultado						
Certificados de Depósito Bancário (i)	-	27.381	-	-	27.381	27.376
Total	-	27.381	-	-	27.381	27.376

	31/12/2024					
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Valor a mercado	Custo
Valor justo por meio do resultado						
Certificados de Depósito Bancário	-	6.372	-	-	6.372	6.372
Total	-	6.372	-	-	6.372	6.372

(i) Em 31 de dezembro de 2025, Certificados de Depósitos Bancários no valor de R\$ 27.381 estão sendo apresentados como equivalentes de caixa na demonstração dos fluxos de caixa.

5. Instrumentos financeiros derivativos

	31/12/2025				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Valor contábil	Valor de referência
Posição Ativa					
Contratos de opções					
Juros	-	-	5.793	5.793	5.793
Total	-	-	5.793	5.793	5.793

	31/12/2025				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Valor contábil	Valor de referência
Posição Passivo					
Contratos de opções					
Juros	-	-	10.862	10.862	10.862
Total	-	-	10.862	10.862	10.862

6. Investimentos

XP Controle 5 Participações S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras****Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024****(Em milhares de reais)****a) Movimentação dos investimentos**

Empresas	Saldo em 31/12/24	Aquisição e/ou aumento de capital (i)	Redução de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Outras variações patrimoniais (iii)	Dividendos	Saldo em 31/12/25
Ável Participações S.A (ii)	183.217	-	-	4.220	(5.916)	(4.913)	176.608
Blue3 S.A	164.021	-	-	5.147	(22.924)	(4.200)	142.044
SVN S.A	162.610	-	-	12.386	(14.035)	(16.220)	144.741
Manchester Financial Group	90.312	-	-	3.517	7.321	(2.756)	98.394
FMX Capital S.A	156.460	-	(14.405)	10.702	(10.447)	(7.574)	134.736
Monte Bravo Holding	428.930	-	-	(6.948)	(13.166)	-	408.816
Nomos Partnership Ltda.	-	50.400	-	5.459	(1.114)	(5.250)	49.495
Kona Participações 2 S.A	-	100.000	-	1.023	-	-	101.023
Center XP Holding S.A	-	20.000	-	482	-	(782)	19.700
Criteria Holding Investimento S.A	-	38.209	-	799	-	(1.000)	38.008
Inove Capital Partners Ltda.	-	35.000	-	-	-	-	35.000
Total	1.185.550	243.609	(14.405)	36.787	(60.281)	(42.695)	1.348.565

Empresas	Saldo em 31/12/23	Aquisição e/ou aumento de capital (i)	Resultado de equivalência patrimonial	Outras variações patrimoniais	Dividendos	Saldo em 31/12/24
Ável Participações S.A (ii)	230.000	-	3.217	(50.000)	-	183.217
Blue3 S.A	162.750	-	5.480	-	(4.209)	164.021
SVN S.A	-	15.962	3.112	143.536	-	162.610
Manchester Financial Group	-	2.446	33	87.833	-	90.312
FMX Capital S.A	-	68.075	8.667	95.366	(15.648)	156.460
Monte Bravo Holding	441.993	-	(13.063)	-	-	428.930
Total	834.743	86.483	7.446	276.735	(19.857)	1.185.550

- (i) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Banco XP por meio de sua controlada XP Controle 5 Participações Ltda., adquiriu participações minoritárias em outras AAls de sua rede de AAls. O

XP Controle 5 Participações S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras****Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024****(Em milhares de reais)**

valor total do justo valor registrado para essas aquisições é de R\$ 325.502, incluindo o ágio preliminar no valor total de R\$ 155.835. O valor total do justo valor de R\$ 325.502 foi pago em dinheiro durante 2025, sendo R\$ 243.542 referente a aquisições do ano de 2025 e R\$ 81.960 do ano de 2024.

- (ii) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, incluem as participações no capital votante e total das seguintes empresas:
 Ável Participações Ltda. (35% do capital total e votante em 31 de dezembro de 2025 e 2024); Monte Bravo Holding JV S.A. (45% do capital total e votante em 31 de dezembro de 2025 e 2024); e Blue3 S.A. (42% do capital total e votante em 31 de dezembro de 2025 e 2024); FMX Capital S.A. (36% do capital total e votante em 31 de dezembro de 2025); SVN S.A (25% do capital total e votante em 31 de dezembro de 2025); Manchester Financial Group Participações S.A. (16% do capital total e votante em 31 de dezembro de 2025); Nomos Partnership Ltda. (35% do capital total e votante em 31 de dezembro de 2025); Kona Participações 2 S.A (27,5% do capital total e votante em 31 de dezembro de 2025); Criteria Holding Investimento S.A (20% do capital total e votante em 31 de dezembro de 2025); Center XP Holding S.A (35% do capital total e votante em 31 de dezembro de 2025) e Inove Capital Partners Ltda. (27% do capital total e votante em 31 de dezembro de 2025).
- (iii) O ágio reconhecido nessas transações é principalmente atribuível às sinergias esperadas decorrentes dos investimentos. O ágio preliminar apresentado refere-se a aquisições concluídas há menos de um ano desde a data da aquisição, nas quais o Grupo está obtendo as informações necessárias para mensurar o ágio decorrente dessas aquisições.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, inclui um valor de R\$ 31.025 relacionado à amortização de ativos identificáveis.

7. Outros passivos financeiros

	31/12/2025	31/12/2024
Contraprestação contingente (i)	17.227	20.000
Outros (ii)	59.152	136.179
Total	76.379	156.179
Circulante	76.379	136.179
Não circulante	-	20.000

(i) Contraprestações contingentes contratuais principalmente associadas à aquisição de investimentos (Nota 6). O prazo de pagamento da contraprestação contingente total é de até 1 ano e o valor máximo contratual a pagar é de R\$ 20.000 (31 de dezembro de 2024 - R\$ 20.000).

(ii) Refere-se a contas a pagar pela aquisição de investimentos. Os montantes possuem correção de 100% do CDI.

8. Patrimônio Líquido**(a) Capital social e reserva de capital**

XP Controle 5 Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da XP Controle 5, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 1.338.301 (1.034.301 em 31 de dezembro de 2024) dividido em 1.338.301.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (1.034.301.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal em 31 de dezembro 2024).

Em 19 de dezembro de 2025, houve aumento de capital da XP Controle 5, mediante a emissão de 35.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão total de R\$ 35.000. O aumento foi efetivado pela alteração no contrato social da Companhia.

Em 03 de dezembro de 2025, houve aumento de capital da XP Controle 5, mediante a emissão de 6.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão total de R\$ 6.000. O aumento foi efetivado pela alteração no contrato social da Companhia.

Em 01 de dezembro de 2025, houve aumento de capital da XP Controle 5, mediante a emissão de 16.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão total de R\$ 16.000. O aumento foi efetivado pela alteração no contrato social da Companhia.

Em 17 de julho de 2025, houve aumento de capital da XP Controle 5, mediante a emissão de 120.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão total de R\$ 120.000. O aumento foi efetivado pela alteração no contrato social da Companhia.

Em 14 de julho de 2025, houve aumento de capital da XP Controle 5, mediante a emissão de 20.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão total de R\$ 20.000. O aumento foi efetivado pela alteração no contrato social da Companhia.

Em 26 de fevereiro de 2025, houve aumento de capital da XP Controle 5, mediante a emissão de 50.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão total de R\$ 50.000. O aumento foi efetivado pela alteração no contrato social da Companhia.

Em 14 de fevereiro de 2025, houve aumento de capital da XP Controle 5, mediante a emissão de 27.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão total de R\$ 27.000. O aumento foi efetivado pela alteração no contrato social da Companhia.

Em 12 de fevereiro de 2025, houve aumento de capital da XP Controle 5, mediante a emissão de 30.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão total de R\$ 30.000. O aumento foi efetivado pela alteração no contrato social da Companhia.

Em 6 de dezembro de 2024, houve aumento de capital da XP Controle 5, mediante a emissão de 255.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão total de R\$ 25.000. O aumento foi efetivado pela alteração no contrato social da Companhia.

Em 14 de agosto de 2024, houve aumento de capital da XP Controle 5, mediante a emissão de 130.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão total de R\$ 130.000. O aumento foi efetivado pela alteração no contrato social da Companhia.

Em 4 de julho de 2024, houve aumento de capital da XP Controle 5, mediante a emissão de 163.500.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão total de R\$ 163.500. O aumento foi efetivado pela alteração no contrato social da Companhia.

Em 31 de janeiro de 2024, houve aumento de capital da XP Controle 5, mediante a emissão de 20.800.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão total de R\$ 20.800. O aumento foi efetivado pela alteração no contrato social da Companhia.

XP Controle 5 Participações S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras****Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024****(Em milhares de reais)**

Em 19 de janeiro de 2024, houve aumento de capital da XP Controle 5, mediante a emissão de 15.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão total de R\$ 15.000. O aumento foi efetivado pela alteração no contrato social da Companhia.

Em 10 de janeiro de 2024, houve aumento de capital da XP Controle 5, mediante a emissão de 30.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão total de R\$ 30.000. O aumento foi efetivado pela alteração no contrato social da Companhia.

Em 5 de janeiro de 2024, houve aumento de capital da XP Controle 5, mediante a emissão de 605.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão total de R\$ 605.000. O aumento foi efetivado pela alteração no contrato social da Companhia.

(b) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída à alíquota de 5% do lucro líquido apurado no balanço individual da controladora XP Controle 5.

A reserva estatutária é constituída pelo saldo remanescente do lucro líquido apurado no balanço após as destinações legais.

(c) Distribuição de lucros

É assegurado dividendo mínimo obrigatório à razão de 25% do lucro líquido do período após as destinações específicas.

O saldo do lucro líquido, verificado após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberadas pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser integralmente destinado à Reserva de Lucros Estatutária, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das atividades da Companhia conforme previsto no Art. 202 da lei nº 6.404/76 § 4º, § 5º e § 6º até atingir o limite de 95% (noventa e cinco por cento) do valor do capital social integralizado.

Em 31 de dezembro de 2025, consultado o acionista controlador, a Administração não propôs à Assembleia de acionistas a distribuição de dividendos.

9. Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes dos impostos	2.077	4.469
Alíquota aplicável à XP Controle 5	34%	34%
Imposto utilizando a alíquota aplicável	706	1.519
Efeito adicional de Imposto de Renda	(12.507)	(2.531)
Imposto de renda e contribuição social	11.801	1.012
Diferido	11.801	1.012

XP Controle 5 Participações S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras****Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024****(Em milhares de reais)****10. Outras receitas/(despesas) operacionais**

	31/12/2025	31/12/2024
Atualização monetária	-	(2.976)
Outros (i)	(4.498)	(393)
Total	(4.498)	(3.369)

(i) Atualização monetária de pagamento de cashout das investidas

11. Determinação do valor justo

A Companhia avalia instrumentos financeiros, tais como investimentos financeiros e derivativos, pelo valor justo no final do período de cada demonstração financeira.

Nível 1: O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é seu preço de mercado, cotados nestes mercados. Os instrumentos financeiros incluídos como nível 1 consistem principalmente em instrumentos financeiros representantes da dívida pública do Brasil e instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (ou seja, bolsas de valores).

Nível 2: O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado utilizando técnicas de avaliação, que basicamente fazem o uso de dados observáveis de mercado. Se todos os dados significativos exigidos para determinação do valor justo do ativo ou passivo financeiro forem observáveis direta ou indiretamente, o instrumento é incluído no nível 2. Os instrumentos financeiros classificados como nível 2 são compostos principalmente por instrumentos financeiros emitidos por entidades privadas e instrumentos financeiros negociados em mercado secundário.

Nível 3: Se um ou mais insumos significativos não forem observáveis, o instrumento é incluído no nível 3. É o caso dos títulos representativos de patrimônio líquido não listados e contraprestação contingente.

Os valores justos foram avaliados para fins de mensuração com base nos métodos abaixo.

	31/12/2025				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo	Valor contábil
Ativos financeiros					
Valor justo por meio do resultado					
Títulos e valores mobiliários	-	27.381	-	27.381	27.381
Avaliados ao custo amortizado					
Rendas a receber	-	308	-	308	308
Outros ativos financeiros	-	16.000	-	16.000	16.000
Passivos financeiros					
Avaliados ao custo amortizado					
Fornecedores	-	240	-	240	240
Outros passivos financeiros	-	16.932	17.227	34.159	76.379

XP Controle 5 Participações S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras****Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024****(Em milhares de reais)****31/12/2024**

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo	Valor contábil
Ativos financeiros					
Valor justo por meio do resultado					
Títulos e valores mobiliários	-	6.372	-	6.372	6.372
Passivos financeiros					
Avaliados ao custo amortizado					
Outros passivos financeiros	-	136.179	20.000	156.179	156.179
Títulos e valores mobiliários	-	6.372	-	6.372	6.372

12. Partes relacionadas

As transações entre as partes relacionadas foram realizadas a valores, prazos e taxas médias usuais do mercado e em condições de comutatividade.

(a) Partes relacionadas

		31/12/2025	31/12/2024
Títulos e valores mobiliários	Relacionada	26.937	5.569
Resultado de instrumentos financeiros	Relacionada	1.062	428

13. Gerenciamento de risco**(a) Estrutura de gerenciamento de risco**

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e pela supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos da XP Controle 5. A Gestão de Riscos está estruturada de forma totalmente independente das áreas de negócio, reportando-se diretamente à alta administração, para garantir isenção de conflito de interesse e uma segregação de funções adequada às boas práticas de governança corporativa e de mercado.

As políticas de gerenciamento de riscos da XP Controle 5 são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados periodicamente para refletir as mudanças nas condições de mercado e nas atividades da XP Controle 5. A XP Controle 5, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, tem por objetivo desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

Tais processos de gerenciamento de risco estão, ainda, associados aos processos de gestão de continuidade de negócios, principalmente no que tange à formulação de análises de impacto, aos planos de continuidade, aos planos de recuperação de desastres, aos planos de backup, ao gerenciamento de crises etc.

(b) Risco de crédito

XP Controle 5 Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de reais)

O risco de crédito está diretamente ligado à possibilidade de ocorrências de perdas associadas ao não cumprimento, pelo emissor, ou contraparte, de suas respectivas obrigações contratuais nos termos acordados, à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, a redução de ganhos ou remuneração, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação, dentre outros.

A definição de risco de crédito compreende, entre outros:

- Risco da contraparte: É a possibilidade do não cumprimento de obrigações relativas à liquidação de operações com ativos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos.
- Risco país: É a possibilidade de perdas relacionadas ao não cumprimento de obrigações financeiras por tomadores localizados fora do país, em virtude de ações realizadas pelo governo do país em que reside o mesmo.
- A possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante.
- A possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras, nos termos pactuados, por parte intermediadora ou conveniente de operações de crédito.

O gerenciamento do risco de crédito é de responsabilidade da área de Risco da Companhia, que visa a garantir o cumprimento do determinado na política da Companhia e assegurar que os limites operacionais estabelecidos sejam executados.

A Companhia estabelece sua política de crédito com base no cenário interno, como composição da carteira por título, por emissor, por *rating*, por atividade econômica e pelo *duration* da carteira, e com base no cenário externo como taxas de juros, de inflação, entre outros.

A área de análise de crédito também participa ativamente neste processo, sendo responsável pela avaliação do risco de crédito, de emissões e emissores com os quais as empresas da XP Controle 5 mantém ou pretendem manter relações creditícias, ou intencionam recomendar posições de risco de crédito a clientes. Cabe à área de análise de crédito também a recomendação de limite das posições de risco de crédito dos clientes.

As análises realizadas são apresentadas ao Comitê Consultivo de Crédito, que tem como atribuição determinar se os créditos avaliados são elegíveis como risco de contraparte. Com relação aos créditos destinados à distribuição para a base de clientes da Companhia, são determinados também os limites de crédito para cada emissor e emissão estruturada.

A área de risco é subordinada diretamente ao Diretor de Risco, sem qualquer vinculação com a área comercial. A área de análise de crédito também é subordinada ao Diretor de Risco, tendo a isenção necessária para a realização de suas atividades, uma vez que não participa da definição de estratégias de negócios e não realiza as operações de mercado de qualquer natureza.

A Administração realiza análise da qualidade de crédito dos ativos que não estão vencidos nem reduzidos ao valor recuperável.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito e está demonstrado no quadro abaixo:

(c) Risco de liquidez

É a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis – “descasamentos” entre pagamentos e recebimentos – que possam afetar a capacidade de pagamento da Companhia, levando-se em consideração diferentes prazos de liquidação de direitos e obrigações.

A Companhia possui política de gerenciamento de risco de liquidez, que visa garantir um nível mínimo de liquidez considerado adequado pela alta administração. Essa política prevê ações a serem tomadas em casos de contingência de liquidez, devendo estes ser suficientes para gerar o reenquadramento do caixa dentro dos limites requeridos de liquidez mínima.

A estrutura e o gerenciamento de riscos são de responsabilidade da área de riscos, que está subordinada à diretoria executiva, evitando desta forma eventual conflito de interesse com áreas tomadoras de liquidez.

XP Controle 5 Participações S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras****Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024****(Em milhares de reais)**

O controle de risco de liquidez é baseado na projeção de caixa e ativos com risco de crédito. A projeção de caixa conta com os recursos livres depositados pelos clientes, enquanto as destinações dos recursos podem ser classificadas quanto a seus prazos de liquidação ou zeragem.

Os principais compromissos da Companhia estão relacionados aos planos PGBL/VGBL, os quais estão integralmente lastreados por aplicações em Fundos de Investimentos Especialmente Constituídos.

Para o cenário estressado, são considerados atrasos nos ativos de crédito privado e quanto um eventual stress afetaria as condições de liquidez da Companhia.

(d) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, preço de ações e taxas de juros, têm nos ganhos da XP Controle 5, ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A administração de risco de mercado das operações é efetuada por meio de políticas, procedimentos de controle e identificação prévia de riscos em novos produtos e atividades, visando a manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Companhia e atender à estratégia de negócios e aos limites definidos pelo Comitê de Risco.

Com as regras formalizadas, o Departamento de Risco tem o objetivo de controlar, acompanhar e assegurar o enquadramento dos limites preestabelecidos, podendo recusar-se, total ou parcialmente, a receber e/ou executar as operações solicitadas, mediante a imediata comunicação aos clientes, além de intervir em casos de desenquadramento e reportar ao Comitê todos os eventos atípicos.

Além do controle efetuado pela ferramenta, a XP Controle 5 adota diretrizes para o controle do risco dos ativos que balizam as operações da Tesouraria para que as carteiras próprias das empresas participantes sejam compostas de ativos que tenham baixa volatilidade e, conseqüentemente, menor exposição ao risco. No caso de desenquadramento dos limites operacionais, o gestor da Tesouraria deve tomar medidas necessárias para o reenquadramento o mais rápido possível.

(e) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos, decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da XP Controle 5, e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da XP Controle 5.

O objetivo da XP Controle 5 é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação das empresas, além de buscar eficiência de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e a implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da XP Controle 5 para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- (i) Exigências para segregação de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- (ii) Exigências para reconciliação e monitoramento de operações;
- (iii) Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- (iv) Documentação de controles e procedimentos;
- (v) Exigências para avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- (vi) Desenvolvimento de planos de contingência;
- (vii) Treinamento e desenvolvimento profissional; e
- (viii) Padrões éticos e comerciais.

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: C64EBBD0-3A83-487F-A016-D5ABB2E51492
 Assunto: Complete com o Docusign: XPCONTROLE5PARTICIPACOES25.DEZ
 LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)
 Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables
 Envelope fonte:
 Documentar páginas: 26
 Certificar páginas: 2
 Assinatura guiada: Ativado
 Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado
 Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Status: Concluído

Remetente do envelope:
 Adriano WNascimento
 Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai São Paulo, São Paulo 04538-132
 adriano.wnascimento@pwc.com
 Endereço IP: 201.44.251.133

Rastreamento de registros

Status: Original 30 de abril de 2026 17:16	Portador: Adriano WNascimento adriano.wnascimento@pwc.com	Local: DocuSign
Status: Original 30 de abril de 2026 17:33	Portador: CEDOC Brasil BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com	Local: DocuSign

Eventos do signatário

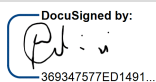
Marcos Paulo Putini
 marcos.paulo@pwc.com
 Sócio

PricewaterhouseCoopers
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP-Brasil
 Emissor: AC SERASA RFB v5
 Assunto: CN=MARCOS PAULO PUTINI:17668525807

Assinatura



Adoção de assinatura: Desenhado no dispositivo
 Usando endereço IP: 200.182.197.164

Política de certificado:
 [1]Certificate Policy:
 Policy Identifier=2.16.76.1.2.3.10
 [1,1]Policy Qualifier Info:
 Policy Qualifier Id=CPS
 Qualifier:
<http://publicacao.certificadodigital.com.br/registro/dpc/declaracao-rfb.pdf>

Registro de hora e data

Enviado: 30 de abril de 2026 | 17:23
 Visualizado: 30 de abril de 2026 | 17:32
 Assinado: 30 de abril de 2026 | 17:33

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
 Não oferecido através da Docusign

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Adriano WNascimento adriano.wnascimento@pwc.com Manager Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	Copiado	Enviado: 30 de abril de 2026 17:33 Visualizado: 30 de abril de 2026 17:33 Assinado: 30 de abril de 2026 17:33
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através da DocuSign		

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
-------------------------	------------	-------------------------

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
---------------------	------------	-------------------------

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	30 de abril de 2026 17:23
Envelope atualizado	Segurança verificada	30 de abril de 2026 17:24
Entrega certificada	Segurança verificada	30 de abril de 2026 17:32
Assinatura concluída	Segurança verificada	30 de abril de 2026 17:33
Concluído	Segurança verificada	30 de abril de 2026 17:33

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
----------------------	--------	----------------------